



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC**  
**DEPARTAMENTO DE HUMANAS**  
**CURSO DE HISTÓRIA**

**LUANA DE ALMEIDA CORDEIRO**

**REPRESENTAÇÕES DA INDEPENDÊNCIA NOS LIVROS DIDÁTICOS – Uma  
Análise de Obras da Década de 1960 até os Dias Atuais.**

**CAMPINA GRANDE**

**2014**

LUANA DE ALMEIDA CORDEIRO

**REPRESENTAÇÕES DA INDEPENDÊNCIA  
NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA (1960-2000)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História, da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciatura em História.

**Orientador:** Profa. Dra. Luir Freire Monteiro

CAMPINA GRANDE

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

C794r Cordeiro, Luana de Almeida  
Representações da independência nos livros didáticos  
[manuscrito] : uma análise de obras da década de 1960 até os dias  
atuais / Luana de Almeida Cordeiro. - 2014.  
27 p.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) -  
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.  
"Orientação: Profa. Dra. Lúcia Freire Monteiro,  
Departamento de História".

1. Livro Didático 2. Independência do Brasil 3.  
Historiografia I. Título.

21. ed. CDD 371.32

LUANA DE ALMEIDA CORDEIRO

**REPRESENTAÇÕES DA INDEPENDÊNCIA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE  
HISTÓRIA (1960-2000)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de História, da Universidade  
Estadual da Paraíba, em cumprimento à  
exigência para obtenção do grau de Licenciada  
em História.

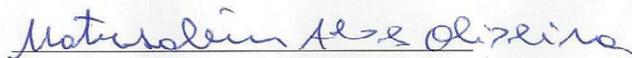
Linha de pesquisa: História e narrativa

Aprovado em: 00/12/2014

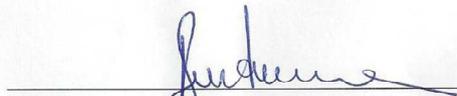
BANCA EXAMINADORA



Dra. Luíra Freire Monteiro  
(Orientadora)



Prof. MSc. Matusalém Alves de Oliveira  
Examinador



DR. Flávio Carreiro de Santana  
Examinador

## **REPRESENTAÇÕES DA INDEPENDÊNCIA NOS LIVROS DIDÁTICOS – Uma Análise de Obras da Década de 1960 até os Dias Atuais.**

CORDEIRO, Luana De Almeida<sup>1</sup>

### **RESUMO**

O estudo contido neste artigo investiga como a memória da Independência se expressa nos livros didáticos de História, e qual o papel deles na recriação e reinterpretação sobre o tema. Assim, utilizou-se como fontes um conjunto de manuais escolares editados entre os anos de 1960 e 2000, avaliando os aspectos vinculados à historiografia tradicional que se fazem presentes, bem como as explicações implícitas e os sentidos dados aos eventos históricos. Considerando-se os tons nacionalistas apresentados pela escrita dos autores, concluiu-se que os livros didáticos eram utilizados como instrumentos para a formação de uma consciência patriótica nos alunos de acordo com a historiografia da época regida pela classe que detinha o poder político e econômico no país. Para tanto, buscou-se investigar através de pesquisa bibliográfica através do tema tomando uma abordagem qualitativa.

**Palavras-chave:** Historiografia tradicional; Livros didáticos; Independência.

### **1. Introdução**

O Sete de Setembro -dia da Independência- foi, por muito tempo, o feriado nacional mais importante do país. Trata-se de uma data que representa o rompimento político com os colonizadores portugueses, e que marca o nascimento da nação brasileira, assim construída pela historiografia oitocentista, interessada em definir temporalidades e arquitetar uma identidade coesa que legitimasse o novo governo, estabelecido naquele momento.

A República, como regime instituído em 1889, não desdenhou da importância da emancipação, produzindo, por sua vez, um panteão de símbolos que exarcessem a existência de um sentimento nacional anterior ao sete de setembro. Para os republicanos, assim, a nação não teria resultado do ato político de Pedro de Bragança, mas uma construção natural dos nativos

---

<sup>1</sup> Aluna concluinte 2014 do Curso de História pela UEPB – Universidade Estadual da Paraíba, Campus de Campina Grande – PB. E-mail: cidaadvrefrigerar@hotmail.com

da colônia, após séculos de espoliação metropolitana, espoliação que fora mantida durante o império, uma vez ter sido o mesmo encabeçado pelos descendentes dos antigos monarcas portugueses.

O sentimento de nação, de amor à pátria e de civismo, construído no início do século XX atravessou seu primeiro lustro, sendo habilmente utilizado pelos militares, após a instauração do regime de exceção em 1964. Os anos da ditadura militar brasileira podem ser rememorados a partir das festividades incentivadas pelo governo, festividades que ainda hoje são lembradas como um cenário memorável de sentimento de patriotismo e de amor à terra natal.

O fim do regime e, por consequência, o desmantelamento da “festa cívica” realizada na data em apreço, contudo, tem revelado o quanto, paulatinamente, o dia da independência nacional tem perdido o sentido cívico, tornando-se, ano a ano, como apenas mais um feriado.

A historiografia, produtora dos fatos históricos, expressa os distintos usos que se fez da data ao longo dos anos. A prática social que perpassa a operação historiográfica, na forma preconizada por CERTEAU<sup>2</sup>, assume a qualidade de viés definidor do trato que o historiador dará ao evento por ele historicizado. Por sua vez, a ratificação por seus pares, a difusão desse enredo histórico e seu consumo pelos leitores permitem a consolidação do que HOBBSBAWN & RANKER nomearam por “tradições inventadas”<sup>3</sup>. Tais “tradições”, inegavelmente, dão-se inicialmente ao nível do simbólico, tornando-se ao longo do tempo verdades naturalizadas, amplamente absorvidas pela população, a ponto de não se conseguir mais distinguir entre o que realmente ocorreu e o que foi escolhido para ser narrado.

A nosso ver, é no âmbito do manual escolar que tal difusão ocorre, uma vez que essa produção historiográfica tem largo alcance e aceitação<sup>4</sup>. Ao educando, cuja jovialidade é alçada como parâmetro ideal a esse empreendimento, a ausência de crítica e a pouca experiência no lidar com a produção de conhecimentos<sup>5</sup>, são dirigidos tais manuais, construídos a partir da escolha, e conseqüentemente do “descarte” de determinados eventos, situações ou detalhes, considerados importantes, ou não, pelo historiador-produtor.

A independência nacional é, assim, tema que tem sido constantemente abordado nos livros didáticos de história de nosso país. Este evento histórico caminhando para as

---

2 CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2007.

3 Eric Hobsbawm & Terence Ranger (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

4 A transmissão de uma memória social, discutida por BURKE, toma a esfera do historiador como lugar de tradição. Por conseguinte, o livro didático se insere nessa esfera. A respeito ver BURKE, Peter. **Variedades da história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

5 FILIPOUSKI, Ana Mariza Ribeiro. MARCHI, Diana Maria. SCHAFFER, Neiva Otero. **Teoria e fazeres na escola em mudança**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

comemorações de bicentenário, despertou a curiosidade de uma aprendiz de historiadora que, em sua prática docente, busca entender como, ao longo dos últimos cinquenta anos, os livros didáticos brasileiros tem representado sua ocorrência. Mais a fundo, queremos saber se esses livros tem permitido a construção do conhecimento histórico ou apenas tem reproduzido a memória da independência tradicional.

## 2. Caminhos percorridos em busca dessa tal Independência

Foi com esse fim que escolhemos os seguintes livros para responder ao problema de pesquisa:

MAIOR, Armando Souto. **História do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967;

MICHALANY, Douglas e RAMOS, Ciro de Moura. **Curso de Estudos Sociais**. São Paulo: Gráfica - Editora Michalany S/A, 1973;

CAMPOS, Raymundo. **História do Brasil**. São Paulo: Ed. Atual, 1983;

COTRIM, Gilberto. **Historia e Consciência do Brasil**, São Paulo: Saraiva, 1994;

VICENTINO, Claudio; DORICO, Gianpaolo. **História do Brasil**. São Paulo: Scipione, 2008.

A leitura dessas obras se pautou, em primeira mão, na perspectiva de que, desde meados do século XX o saber historiográfico vem se transformando, graças a uma profunda reformulação teórico-metodológica nas academias nacionais. De certa forma, promoveu-se uma ruptura na forma de se fazer e de se estudar a história, que está cristalizada nos livros didáticos. De uma história meramente do político, tão comum até metade do século passado, a historiografia brasileira adotou a história econômica e estrutural como parâmetro de investigação formativa de nossa sociedade, trasladando-se, num segundo momento, para uma história que se preocupa com as variadas nuances dessa formação, e que comumente foi denominada de “História cultural”. Tal observação é pertinente, no sentido de esclarecer as notáveis mudanças ocorridas na produção dos manuais escolares durante o período que nos destinamos a realizar a análise.

BITTENCOURT<sup>6</sup> identificou nas pesquisas sobre livros didáticos, no Brasil e no exterior, uma evolução no sentido de compreender este artefato cultural em sua complexidade. Estudos que privilegiavam a análise de conteúdos dos textos em termos dos

---

<sup>6</sup>BITTENCOURT, Circe. **A escrita escolar da história: Livros Didáticos e Ensino no Brasil (1970 – 1990)**. Bauru: EDUSC, 2004.

valores e ideologias por eles veiculados foram sendo complementados por análises que relacionam estes aspectos às políticas públicas e a aspectos da produção do livro didático. Ainda segundo a autora, as análises realizadas após os anos 80 caracterizam-se pela adição de perspectivas históricas e concentram o foco das investigações em questões relacionadas a processos de mudança e estabilidade de conteúdos no livro didático, bem como a sua própria permanência como suporte preferencial de comunicação de saberes escolar.

Tem-se configurado, no entanto, uma ampliação do escopo do interesse de alguns pesquisadores da área de Educação em História pelo livro didático, em especial, daqueles que vêm problematizar a questão da linguagem nestes/destes materiais.

Para muitos pesquisadores, atualmente o manual didático pode ser entendido além de sua função educativa; ao tempo em que serve como instrumento didático pedagógico, é também uma fonte histórica, ou seja, um documento produzido dentro de determinado contexto, que tem em si a mensagem de uma época, os interesses dos historiadores daquele período, a percepção da história expressa na narrativa do autor.

Podemos considerar que ao analisar os livros didáticos devemos tomar conhecimento dos aspectos composicionais (relacionados à forma, conteúdo e estrutura do texto) bem como aspectos críticos (relacionados à interação entre textos e leitores, e aos sentidos construídos nestas interações).

Assim, outro elemento importante, ao se tomar o livro escolar como fonte de pesquisa em história da educação, é considerá-lo ainda do ponto de vista da época em que foi produzido, principalmente com o passar do tempo, na medida em que vão se tornando mais complexas as relações entre os detentores do poder político e a sociedade que ele representa. Isso se deve ao fato de que produzir livros também passa a significar possibilidades de infundir o discurso de que estes podem e devem ser encarados como fontes da história no momento em que veiculam valores que possibilitam a formação de condutas socialmente válidas.

## **2.1 Os livros didáticos de história e a representação de ser uma complexa fonte histórica**

Consoante PURIFICAÇÃO<sup>7</sup>, os livros didáticos são fontes históricas que possibilitam uma gama de estudos e reflexões acerca do ensino de História, da concepção de História e do conhecimento histórico que é transmitido, ou que se pode construir a partir dos mesmos. Também é um viés para a análise da atuação das instâncias governamentais na educação, já que o processo de elaboração dos livros se insere num amplo contexto de relações que envolvem investimentos financeiros, organização, coordenação, divisão de trabalho, papéis e funções de muitas pessoas, criatividade, concepções várias e diferenciadas com a finalidade de atender a um ‘mercado’ em conformidade com as exigências do governo e sua ideologia e também às circunstâncias culturais e sociais.

Verifica-se que todos esses elementos que envolvem a elaboração, publicação, distribuição e utilização dos livros didáticos, têm sido tema de inúmeros estudos que contribuem para a análise dos mais diversos âmbitos do ensino de História e das políticas públicas de ensino. Os livros didáticos são fontes muito complexas. Seu conteúdo é resultado das concepções históricas dos autores, somadas aos interesses das editoras que, por sua vez, buscam atender às exigências das diretrizes educacionais do Ministério da Educação.

Neste sentido, cada elemento que compõem o livro didático apresenta um objetivo e uma justificativa, justamente por comportar desta e não de outra maneira, tornando o livro didático um campo abrangente e fértil para se desenvolver a pesquisa. Esse caráter de complexidade que carrega o livro didático e se traduz como fonte histórica, tem início na discussão sobre sua definição, afinal, o que são livros didáticos?

Os livros didáticos são tomados simultaneamente como: “material impresso, estruturado, destinado ou adequado a ser utilizado num processo de aprendizagem ou formação; materiais caracterizados pela seriação dos conteúdos; mercadoria; depositário de conteúdos educacionais; instrumento pedagógico; portador de um sistema de valores; suportes na formulação de uma História Nacional; fontes de registros de experiências e de relações pedagógicas ligados a políticas pedagógicas da época; e ainda como materiais reveladores de ângulos do cotidiano escolar e do fazer-se da cultura nacional.

Neste diapasão, o livro didático é encarado como uma fonte complexa e, a nosso ver, de importância singular para o ensino de História. Contudo, este pensamento não guarda guarida na maioria dos estudiosos, onde não há consenso, sequer sobre o papel do livro didático no ensino da História. Para melhor compreender nossa fonte, analisamos a mesma no âmbito da pesquisa historiográfica, e buscamos compreender os elementos e todas as etapas que compõem a construção dessa fonte.

---

7 PURIFICAÇÃO, Ana Tereza de Souza e Castro da. **(Re)criando interpretações sobre a Independência do Brasil: um estudo das mediações entre memória e História nos livros didáticos. Dissertação (mestrado)** – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. São Paulo, 2002.

## 2.2 - O conteúdo do livro didático e a relação com seu contexto histórico

O livro didático também pode ser encarado como produção historiográfica, tomando como base o avançar da História e das transformações que ocorreram na historiografia, como entende neste sentido GASPARELLO<sup>8</sup>, que mostra que o livro didático foi utilizado como instrumento para a construção de uma identificação com a Pátria.

Os professores/autores de livros didáticos, à frente dos autores/historiadores, empenharam-se na tarefa de ensinar a nação aos brasileiros: o que era o Brasil – suas raízes, seus heróis, suas batalhas, sua grandeza, seu território, sua natureza, seu povo.<sup>9</sup>

Tomando como base o período de 1831 a 1920, anos que sucederam a Independência do Brasil, a autora supramencionada demonstra como os livros didáticos reforçam e refletem os ideais que se queria fomentar junto à sociedade, a partir do estudo da História nas escolas. Uma vez que a História ensinada correspondeu a expressões diferenciadas de cada momento em relação com o passado e a mudança na postura pedagógica sobre a formação nacional. Inicialmente, desenvolveu-se uma fase da História patriótica, que predominou de 1831 a 1861; em seguida, até o final do século, houve o predomínio da História imperial, de 1861 a 1900; e, por último, de uma História republicana em sua primeira fase, de 1900 a 1920.<sup>10</sup>

Já os livros didáticos que conhecemos hoje e que estão em uso nas escolas atuais, começam a adquirir esse contorno na década de 1960 e mais uma vez refletem as transformações e os anseios sociais, o que nos motivou a iniciar nosso estudo com os livros didáticos a partir da década de 60, passando para a de 70, 80, 90 e 2000 até a atualidade.

Assim, por meio deste processo que democratizou o ensino, fez com que houvesse mudanças na escola e na sociedade brasileira que se propagou também na dialética de produção dos textos escolares que, de manuais pouco utilizados, se tornaram nos livros didáticos, com um papel central no universo escolar e tendo como base a ideologia dos governantes, sobretudo no período do Golpe de 1964, com a Ditadura Militar.<sup>11</sup>

O início de expansão da rede escolar teve início na década 60, contudo, não se pode entendê-los como uma expansão de qualidade uma vez que o livro didático setornou um

---

<sup>8</sup>GASPARELLO, Arlette Medeiros. **O livro didático como referência de cultura histórica**. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (orgs) *A escrita da História escolar – memória e historiografia*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2009. p.269,

<sup>9</sup> Idem.p.269.

<sup>10</sup> Ibidem.p.271.

<sup>11</sup> GATTI Júnior, Décio. **A escrita escolar da História: livro didático e ensino no Brasil (1970 – 1990)**– Bauru, SP: Edusc, 2004, p.32.

instrumento governamental que veio a camuflar as mazelas do sistema educacional brasileiro que dispensava aos mais carentes “ospiores prédios escolares, os professores com nível de capacitação mais baixo e, por fim, minguados investimentos financeiros”.<sup>12</sup>

Segundo GATTI JÚNIOR<sup>13</sup>, verificou-se uma grande valorização das imagens e das ilustrações. Contudo, já nas décadas de 1960 e 1970 comparadas com aquelas, foi mais dado ênfase ao texto em detrimento as imagens. Contudo, as décadas de 1980 e 1990, apresentaram uma produção de livros didáticos que fomentaram e promoveram uma “revalorização do texto em equilíbrio com imagens e outros recursos didáticos- pedagógicos, tais como boxes, mapas, etc”<sup>14</sup>.

Assim, percebe-se que a tradição do ensino de História se dá na perspectiva da contribuição teórica pautada no positivismo, que, por muito tempo, influenciou as práticas pedagógicas de nossas escolas, os currículos, os livros didáticos e outros materiais de ensino/aprendizagem de História, deixando um legado de influência decisiva e incisiva no perfil da História ensinada no Brasil, desde a sua constituição enquanto disciplina do currículo das escolas brasileiras, a partir do século XIX.

Segundo a abordagem positivista a narrativa que a História apresenta é entendida por meio das ações dos governantes (reis, monarcas, presidentes, generais), desprezando outros sujeitos sociais, que estavam presentes na cena política, e que nesta construção histórica foram silenciados pelos livros didáticos, currículos e práticas pedagógicas da escola.

A abordagem completamente política se mostrou presente na maior parte dos livros didáticos da década de 1960, onde perdeu espaço para “uma historiografia de base econômica nas décadas de 1970 e 1980 sobretudo nos livros voltados ao ensino médio) e a entrada de temáticas ligadas à História Cultural, durante o período de 1990”.<sup>15</sup>

Historiograficamente foi nos anos 60, que o marxismo se expandiu na Europa, sobretudo na França, e se aprofundaram os contatos entre esta doutrina deixando de lado os fatos sociais. Esta conduta atribui-se especialmente à formulação de inúmeras críticas ao Papel do Estado, visto como mero instrumento da classe dominante, sem nenhuma margem de autonomia. “O político passava a ser um reflexo das injustiças econômicas, destituído de dinâmica própria”<sup>16</sup>

---

12GATTI, Ob. Cit. p.196.

13Idem, p.197.

14Idem, p.199.

15GATTI, Ob. Cit. p.19.

16GATTI, Ob. Cit., p.19.

Já a luta pela redemocratização travada na década de 1980 colocou em xeque a educação no que “se relacionava tanto à discussão acerca do acesso dos estudantes às escolas e universidades públicas, quanto à participação da população no estabelecimento das diretrizes nacionais de educação”<sup>17</sup>

Naquela ocasião, os livros didáticos foram considerados como os vilões da educação, carregados de ideologias indutoras de processos de reprodução das desigualdades e hierarquias sociais, em textos conservadores, ‘oficiais’, muitas vezes repletos de erros ou em versões desatualizadas e ultrapassadas pelas pesquisas científicas modernas.

Esta abordagem repercutiu em grande escala no meio acadêmico e obteve grande expressão no âmbito do ensino de História, tendo levado a um movimento que lutava em prol de sua eliminação ou a sua não utilização nas escolas, onde eles deveriam ser substituídos pelo trabalho com textos extraídos de publicações recentes, que traziam resultados de pesquisas realizadas com base em referenciais teóricos de uma historiografia renovada.<sup>18</sup>

Assim, nos anos 1980, o conteúdo dos livros didáticos apresentou uma representação da História de forma engajada, militante, continuamente baseada na interpretação marxista da História, e assumindo uma linguagem que tinha o intuito de se aproximar a usada pelos alunos.

Neste sentido entende Maria de Fátima Rodrigues Pereira<sup>19</sup> ao afirmar que a concepção marxista mostra-se como:

Uma fissura epistemológica em relação ao positivismo e ao relativismo. (...) Centra-se em novos objetos como: processos econômicos e sociais a longo prazo e suas transformações; pesquisas sobre classes e movimentos sociais e em novas interpretações como o estudo do mecanismo de evolução das sociedades<sup>20</sup>.

Na década de 1990, os livros didáticos apresentaram um conteúdo com “temas de História Cultural, oriundas da influência da História Nova e, por conseguinte, da renovação didático-pedagógica motivada pela penetração do construtivismo como proposta pedagógica”.<sup>21</sup>

A representação deste construtivismo, em seu sentido estrito, poderia ser entendida como a “posição que defende o papel ativo do sujeito na sua relação com o objeto do

17 ALVIM, Yara Cristina. **o livro didático na batalha de idéias: vozes e saber histórico no processo de avaliação do pnld. dissertação (mestrado em educação)** – UFJF, Juiz de Fora, 2010.p.26).

18 MONTEIRO, Ana Maria F.C. **Professores e livros didáticos: narrativas e leituras no ensino de História.** In: ROCHA, H.A.B.; REZNIK, L.; MAGALHÃES, M. de S., *A História na escola: autores, livros e leituras.* Rio de Janeiro: FGV, 2009.p. 181

19 PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues. **Concepções de História na proposta curricular do Estado de Santa Catarina.** Chapecó: Universitária, 2000. p.53.

20 Idem, p.53.

21 GATTI, Ob. Cit., p. 138.

conhecimento e construção de suas representações da realidade”.<sup>22</sup> Piaget, teoriza afirmando que as representações da realidade podem ser entendidas como imprescindível à discussão sobre o construtivismo a ser implementado no âmbito educacional, não fora elaborada pelo autor com o propósito de sua aplicação no processo de ensino-aprendizagem escolarizado.

Contudo, por meio das produções de diversos autores, a obra de Piaget foi sendo gradativamente inserida e adaptada ao contexto da educação escolar brasileira. Demonstra-se claro e evidente que nessas produções a intenção de se identificar, no pensamento deste autor, subsídios para propostas político-pedagógicas, tendo a ação dos sujeitos sobre o meio como condição de extrema relevância na construção do conhecimento.<sup>23</sup>

Assim, o objetivo do discurso da Nova História tomou guarida nos textos das diretrizes nacionais da educação, os quais conseguiram desenvolver uma forma de aproximar o aluno da História, porto que a Nova História valoriza o cotidiano, o povo, em detrimento da História dos grandes heróis, dos grandes acontecimentos, que parecem tão distantes da realidade do aluno.

Segundo Le Goof, para a Nova História:

O interesse da memória coletiva e da História já não se cristaliza exclusivamente sobre os grandes homens, os acontecimentos, a História que avança depressa, a História política, diplomática, militar. Interessa-se por todos os homens, suscita uma nova hierarquia mais ou menos implícita dos documentos<sup>24</sup>.

Contudo, essa nova abordagem dos livros didáticos mostra-se também questionável, na medida em que ao incluir nos livros didáticos a Nova História não deve ser apenas se pautar na inserção das novidades da pesquisa historiográfica nos mesmos de forma a se estabelecer um rompimento com as demais vertentes historiográficas, posto que esta abordagem seria similar ao mesmo que imaginar a historiografia apenas numa perspectiva linear como se do positivismo ela evoluísse para a Nova História, e não mais se realizassem pesquisas com abordagens distintas desta.

Este enfoque no campo da História e das Ciências Sociais veio se impondo na última década no país. Traduz-se por estudos regionais e microscópicos sem imbricações com totalidades que constituem, e nas quais são constituídos; em trabalhos que se referem à História individual, beirando “subjetividades”

22CASTAÑON, Gustavo Arja. **Construtivismo e Ciências Humanas. Ciências & Cognição**, 2005. Vol 05: 36 – 49. Site: <http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/523>. <Visitado em 07 de novembro de 2014> p. 523.

23 ANDRADE, Edson Francisco de. **Contribuições da Psicologia para a proposta construtivista de ensino-aprendizagem**. Revista de Psicologia UFC, Fortaleza, Volume 1, Nº 1, Jan – Jun 2010. < Visitado em 07 de novembro de 2014> p.03.

24 *apud* ARAÚJO, Fátima Maria Leitão; SOUZA, Simone de.; SOUZA, Vinícios Rocha; FICK, Vera Maria Soares. **Epistemologias e Tecnologias para o Ensino das Humanidades. Fascículo 4 – O ensino de História**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda., 2009. p. 15.

psicologizantes ou em trabalhos e abordagens com caráter automatizado, verdadeiras radiografias, verdadeiros instantâneos de fenômenos complexos.<sup>25</sup>

Neste sentido, se faz necessário analisar um recorte historiográfico a partir dos livros didáticos, o que nos propusemos a fazer neste artigo, uma vez que tem que se levar em consideração a forma como as vertentes historiográficas perpassam os livros didáticos, como se adequam a eles, quais elementos são desenvolvidos nos livros e quais deixam a desejar. Através desta postura, objetivou-se impedir que o nosso estudo se enveredasse em torno de uma militância acerca de uma vertente historiográfica, em detrimento de outras, o que seria pouco enriquecedor para o trabalho, posto que, temos o conhecimento de que a História se constrói exatamente a partir da discussão entre as suas várias vertentes e não da superação ou supressão delas.

Portanto, ao enveredarmos pelo campo da análise historiográfica nos livros didáticos, percebemos que se faz importante a leitura que denote elementos da História Política de forma associada uma vez que a cultura política introduz a diversidade, o social, ritos símbolos, lá onde se acredita que reina o partido, a instituição, o imutável, onde o seu estudo é mais que enriquecedor, é indispensável.

Os livros didáticos, ao longo dos anos, modificaram-se, adotando, ou destacando linhas historiográficas diferentes, conforme o momento histórico no qual estavam inseridos. É notório que existe momentos de “superção” de uma vertente historiográfica por outra, o que nos leva a ter uma concepção de linearidade da História, bem como da historiografia. No nosso estudo, apresentamos a necessidade de trazer ao cerne da discussão a História Política, de forma a questionar os elementos que consideramos muito importantes e que, por vezes, são vistos como superados e pouco enriquecedores para a construção do conhecimento histórico.

Portanto, compreendemos que da História Política não se restringe ao mero estudo dos grandes chefes de Estado, mas como também de toda a sociedade que constrói o contexto social no qual esse chefe de Estado está inserido, e cuja organização explica o porquê da estruturação do cenário político, no qual todos os sujeitos estão inseridos, sendo eles participantes diretamente ou não estruturação do cenário político, no qual todos os sujeitos estão inseridos, sendo eles participantes diretamente ou não.

---

25PEREIRA, Ob. Cit., p.104.

### **3. Assim falam nossas fontes: as variadas representações da Independência Nacional nos livros didáticos**

Todas as questões mencionadas que envolvem o conteúdo do livro didático, acerca das discussões em torno das vertentes historiográficas, sobre a construção do conhecimento histórico, serão introduzidas dentro do estudo do processo de Independência do Brasil, uma vez que esta foi um processo de constituição do Estado autônomo e das primeiras experiências de cidadania, além de constituir-se simbolicamente como momento de fundação da nação.

Dentre as obras pesquisadas, pudemos delimitar algumas características principais que são o tom em comum entre os autores, que podemos delimitar como "paradigma tradicional" de escrita da história. Segundo Peter Burke (UNESP, 1992), essa "história rankeana", ou "senso comum da história", pode ser sintetizado em seis pontos, baseando-se nas críticas empreendidas pelos *Annales*: a prioridade à história política tradicional; a narrativa dos acontecimentos; as grandes ações dos grandes homens (estadistas, gerais ou eclesiásticos); a prioridade das fontes documentais escritas; a busca das motivações que levaram aqueles "grandes vultos" a realizar determinada ação; e a objetividade da história e do historiador. Também encontramos como ponto em comum – e eixo central que une todos os livros didáticos, absolutamente – o caráter nacionalista.

Passaremos a análise das obras referentes a cada década desde a de 1960, a qual será a primeira a ser analisada.

#### **3.1- Década de 1960 – “História do Brasil” de Armando Souto Maior.**

Nesta obra, nos deparamos com este caráter nacionalista, onde o estilo narrativo talvez seja a propriedade mais emblemática da historiografia tradicional – e por isso, o maior alvo das críticas. Percebemos que os livros da década de 1960 utilizam de uma estrutura central baseada na eleição de fatos políticos significativos, e consequente narração cronológica de como ocorreram, em minúcias. A qualidade do historiador é mensurada pela minúcia na composição dos detalhes. O livro de Souto Maior estrutura-se quase como um romance histórico, utilizando-se de uma linguagem quase épica, assentando-se sobre recursos literários que tentam despertar a imaginação e a subjetividade dos leitores, contribuindo para uma melhor reconstituição de como ocorreram os fatos, precisamente – já que tal característica era pressuposto da historiografia de qualidade.

Evidenciamos este caráter no trecho abaixo:

O Grito do Ipiranga. – Não era de calma a situação política em São Paulo. Um forte grupo hostilizava o irmão de José Bonifácio, Martim Francisco Ribeiro de Andrada. No auge de seu prestígio, José Bonifácio induziu o príncipe a uma viagem a São Paulo a fim de, com sua presença. Restabelecer a ordem, pacificar os grupos políticos e, naturalmente, restaurar o predomínio dos Andradas [...] O choque emocional provocado pela leitura dos decretos das Côrtes que lhe diminuem a autoridade, o estímulo das cartas e seus ministro e de sua esposa, geram a D. Pedro a explosão de sentimentos assim narrada por uma testemunha, o alferes Canto e Melo: ‘depois de um momento de reflexão bradou: É tempo! Estamos separados de Portugal! Em ato continuo, arrancando o laço português que trazia no chapéu, o arrojou para longe de si e, desembainhando a espada, ele e os presentes restaram o juramento que para sempre os ligava à realização da idéia generosa de liberdade’. [...] Em seguida, indo ao encontro de sua guarda de honra, repetiu a proclamação da independência: ‘Amigos, as Côrtes querem escravizar-nos e perseguem-nos. De hoje em diante nossas relações estão quebradas. Nenhum laço nos une mais [...] Pelo meu sangue, pela minha honra, pelo meu Deus, juro fazer a liberdade do Brasil’ E como ultimas palavras antes de empreender a galope a última etapa de seu regresso a São Paulo, clamou, de pé nos estribos para que todos o vissem: ‘Brasileiros, a nossa divisa de hoje em diante será Independência ou Morte.’<sup>26</sup>

A historiografia acerca do processo de Independência do Brasil nos revela o quão viva é a História esse recorte historiográfico nos permite refletir, através do trecho destacado acima, que os livros didáticos da década de 1960 priorizavam os documentos escritos e as "descrições" contidas, quando o historiador admite não ter fontes suficientes para narrar às cenas, preenchendo as lacunas com aforismos características dos romances. Vale salientar, como já dito anteriormente, que nesta época, os livros didáticos priorizavam o texto escrito. Esta obra que ora analisamos, não tem nenhuma figura ilustrativa, o que torna o livro mais ainda assemelhado a um romance.

A representação da Independência naquela década era contada para enaltecer a Coroa ou compreendida por uma perspectiva eminentemente econômica e estruturalista sob o controle das elites agrárias e, em outras leituras e pesquisas, percebeu-se um contrato social entre uma sociedade de caráter liberal e um príncipe regente que se fez representante dessa sociedade.

Essa característica narrativa deve ser por nós entendida como sendo um instrumento metodológico fundamental e, ao mesmo tempo, síntese de outros pressupostos epistemológicos defendidos por este paradigma historiográfico – especialmente a pretensão pela objetividade e neutralidade.

Segundo o historiador José Jobson de Andrade Arruda<sup>27</sup>, em entrevista afirmou que até os anos 70 do século XX prevaleceu uma perspectiva da história, entendida como processo interpretativo, que priorizava as macro interpretações, os grandes objetos, sobre os quais se

26 SOUTO MAIOR. Ob. Cit. pp. 262 e 263.

27 *Apud* FONTANARI, Rodrigo. **OS RUMOS DA HISTÓRIA - Entrevista com o historiador José Jobson de Andrade Arruda**. Doutorando em História Econômica pela FFLCH-USP. 2012, p.134.

operava criticamente analisando, conceitualizando, teorizando, arquétipo interpretativo consubstanciado na proposta *Annales*, amplamente lastreada na corrente marxista. Esta é a "escola" dos *Annales*, que incluía uma continuidade entre a primeira geração, de Bloch e Febvre, e a segunda, de Braudel, Labrousse e Vilar.

Portanto, a objetividade é o meio para neutralidade, à medida que o historiador se desvincula de seu tempo presente e é capaz de abstrair/negar sua consciência/participação para uma melhor descrição dos fatos. Quanto maior a riqueza de detalhes, mais o historiador desapareceriam ao longo da narrativa. Como afirma Reinhart Koselleck<sup>28</sup> sobre o caráter literário/ficcional da narrativa histórica: "todo evento investigado e representado historicamente nutre-se da ficção do factual", visto que "a realidade propriamente dita já não pode mais ser apreendida".

Interessante ressaltar que o todo processo de Independência nos livros da década de 1960 apenas apresentavam questões descritivas, e não assumindo o caráter analítico-político que os historiadores atuais abordam. Aborda Armando Souto Maior (1963) que o processo se deu de forma curta e rápida, com a Guerra da Independência na Bahia e no sul do país. Contudo, segundo Boris Fausto (2006), a afirmativa de que a Independência se realizou em tempo curto e sem grandes abalos não nos deve levar a duas conclusões errôneas: uma consistia em dizer que nada mudara, pois o Brasil passava da dependência Inglesa via Portugal à dependência direta da Inglaterra. A outra seria supor a existência de uma elite política homogênea, com uma base social firme e um projeto claro para a nova nação.

A primeira conclusão seria equivocada por várias razões. A nova relação de dependência, que vinha se afirmando desde 1808 com a abertura dos portos, representava mais do que uma simples troca de nomes, como afirma Armando Souto Maior (1963), pois importa em uma mudança da forma como a antiga Colônia se inseria no sistema econômico internacional. Além disso, a independência impunha a tarefa de se construir um Estado nacional para organizar o país e garantir a sua unidade.

A segunda conclusão, ainda o autor menciona que seria igualmente equivocada porque, mesmo no interior do núcleo promotor da Independência, com José de Bonifácio à frente, não havia um acordo sobre as linhas básicas que deveria ter a organização do Estado. Portanto os anos de 1822 a 1840 seriam marcados por uma enorme flutuação política, por uma série de rebeliões e por tentativas constantes de organizar o poder.

---

28 KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006. p. 141.

### **3.2Década de 1970 – “Curso de Estudos Sociais”de Douglas Michalany e Ciro de Moura Ramos.**

Nos anos 70 houve uma ruptura, uma censura epistemológica, com o surgimento da dita nova história, que se propunha ser uma continuidade, mas que de fato inaugurava um novo procedimento que recusava pressupostos fundamentais da "velha história" dos *Annales*. O privilegiamento do micro, do pontual, da narrativa, da recusa à teoria, da ênfase da dimensão empírica representada pela colagem na documentação, expressava, no fundo, a própria implosão da história com o colapso das grandes referências, do bloco socialista, a colonização e a emergência de novos sujeitos reivindicando direito à sua própria história, a exemplo das novas nações resultantes da descolonização, das etnias, das religiões, do gênero, afirma José Jobson de Andrade Arruda (*Apud* FONTANARI, 2012, p.134).

Com o aumento da demanda de alunos matriculados, a partir desse período os livros escolares passaram por transformações em sua forma, utilizando em maior número imagens, mapas e atividades, e adaptando a linguagem dos textos também para os alunos, não apenas para o professor. Os enfoques passaram a variar entre o político e o econômico (ciclo econômico). A produção de material didático aumentou significativamente. (RIBEIRO, 2007, p. 60).

Escolhemos a obra supramencionada de Douglas Michalany e Ciro de Moura Ramos, de 1973, onde este apresenta um livro didático editado e aprovado pelo Ministério da Educação e Cultura, que aprovava livros didáticos sob o ponto de vista da moral e civismo, tendo a obra mudado inclusive de nome, que anteriormente era “Enciclopédia do Meu Brasil”. Percebe-se uma mudança no pensamento de se transmitir a história com base no que era ou não permitido no regime militar.

No início da obra, o editor afirma se os Estudos Sociais objetivam o ajustamento do homem em seu meio, situando-o em sua comunidade e cultivando em sua mente o indispensável senso de nacionalidade com o que se forjará um cidadão responsável perante a pátria e humanidade.

Verifica-se então a historiografia com base nos grandes heróis em detrimento a descrição fiel dos fatos, como acontecia nos anos 60.

Sob o título de *O Primeiro Grande Patriota Brasileiro* a obra supra apresenta Tiradentes como sendo um militar, precursor da Independência:

Joaquim José da Silva Xavier, apelidado Tiradentes, nasceu na Fazenda Pombal, Capitania de Minas Gerais. Depois de trabalhar como minerador, comerciante e dentista (daí seu apelido), decidiu seguir a carreira militar. [...] o Tiradentes foi enforcado no Rio de Janeiro, na manhã do dia 21 de abril de 1792. Sacrificou sua vida pela independência da Pátria, esse mártir da liberdade deixou aos brasileiros um exemplo digno de todo o nosso respeito e gratidão<sup>29</sup>.

Nos livros didáticos tradicionais analisados, todos os autores, mesmo nas edições mais recentes que já se propõem à incorporação de um viés mais analítico a suas obras – como é o caso de Douglas Michalany e Ciro de Moura Ramos –, encontram seu ponto de convergência no discurso nacionalista.

Em 1969, o presidente Médici, através do decreto n. 65.814/69, edita uma Convenção sobre ensino de História:

Art. 1º Efetuar a revisão dos textos adotados para o ensino em seus respectivos países, a fim de depurá-los de tudo quanto possa excitar, no ânimo desprevenido da juventude, a versão a qualquer povo americano. (...)  
 Art. 3º Fomente em cada uma das Repúblicas Americanas o ensino de história das demais; Procure que os programas de ensino e os textos de história não contenham apreciações hostis para outros Países ou erros que tenham sido evidenciados pela crítica;  
 Não julguem com ódio, ou se adulterem os feitos na narração de guerras ou batalhas cujo resultado haja sido adverso, e destaque tudo quanto possa contribuir construtivamente à inteligência e cooperação dos países americanos.

Em 1971, foi promulgada a lei 5692, que dispunha sobre a reforma do ensino de 1º e 2º graus. A reforma estava incluída no conjunto de medidas do projeto político implementado pelos governos militares que visavam elaborar um caminho de desenvolvimento econômico e dar suporte a um novo discurso ideológico utilizando como uma das chaves principais a educação.

A ideologia que o governo militar pregou refletiu de forma profunda nos livros didáticos da década de 70 sobretudo nas representações da Independência contidas neles, onde o nacionalismo e o patriotismo foi enaltecido e historiograficamente os autores, sobretudo o pesquisado, assumiu a importância do processo de Independência brasileiro, que inicia-se com a expulsão dos holandeses no século XVII, primeiro momento em que todas as etnias formadoras do país uniram-se – o português, o índio e o negro. Esse fato histórico é eleito como o marco inicial da nação brasileira. O "nativismo" que nasceu a partir daquele momento foi o responsável pela união dos "patriotas" ameaçados pelo outro, o "inimigo objetivo" estranho às etnias que foram eleitas como formadoras, por excelência, do povo do Brasil.

---

29 MYCHALANY; RAMOS, **Cidadania, liberdade e participação no processo de autonomização do Brasil e nos projetos de construção da identidade nacional**. Locus: Revista de História. Juiz de Fora v. 1973, p.102.

Graças ao sentimento nascido por conta dos conflitos, a nação se une pela primeira vez em torno de um interesse comum – pela primeira vez, brasileiro.

### 3.3 Década de 1980 – “História do Brasil” de Raymundo Campos.

A década de 1980 é marcada por grandes discussões sobre a democratização dos direitos sociais, entre eles a educação. Governadores voltam a ser eleitos, depois de anos de impedimento pela ditadura militar. Em relação ao ensino de História, destacam-se as novas propostas curriculares surgidas em várias cidades<sup>30</sup>.

Com a década de 1980, ocorreu um aumento da produção historiográfica, englobando temas diversos. Selva Fonseca<sup>31</sup> firma que há um notável crescimento da pós-graduação em História: em 1985 já havia 18 cursos, foram produzidas 761 teses e dissertações entre 1973 e 1985, sendo a maior parte relativa à história político-institucional e, no caso da política brasileira, houve uma concentração no período imperial, colônia e república.

As universidades passaram a organizar seus currículos em torno de eixos temáticos: História Econômico-Social, História do Poder e das Ideias Políticas e História Cultural, das Ideologias e Mentalidades, reformulando concepções de História vigentes até então.

As produções procuravam salientar concepções socialmente críticas da História, especialmente a marxista. A historiografia brasileira é repensada, em consonância com o debate internacional. O debate sobre História crítica é invadido por discussões sobre novos problemas, novas abordagens, novos objetos. Outros temas são enfocados: a condição da mulher, do negro, anarquismo, papel da imprensa<sup>32</sup>.

Se nos anos 70, o ensino de história centrou-se na concepção de que o desenvolvimento histórico é resultante de um “progresso” natural, desdobrando-se numa sucessão de fatos explicados para uma relação lógica de causas e efeitos, cujos atores são sempre os grandes nomes da História Política. A penetração na análise econômica da história, nos níveis fundamental e médio, sobretudo a partir da década de 80, subverteu esse modelo, abrindo campo da explicação social para uma visão da totalidade histórica.

Sob influência do Marxismo, da Nova História e da Historiografia Inglesa, alguns livros didáticos foram renovados, outros surgiram, incorporando os avanços acadêmicos que contribuíram para a retomada da disciplina de história como espaço para um ensino

---

30 MELLO, 1992; FONSECA, 1993, p.117.

31 FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. Campinas: Papyrus, 1993, p.117.

32 Idem, p.117.

crítico. O objetivo era recuperar o aluno como sujeito da história e não como mero expectador de uma história já determinada, produzida por heroicos personagens dos livros didáticos (SCHIMIDT CAIINEL, 2004, p.13). O ideário desta “nova” proposta trouxe consigo ao advento da interdisciplinaridade das ciências sociais que por sua vez pretendia formar uma massa de cidadãos não obedientes ou dóceis diante das ordens estabelecidas. Buscava-se uma educação mais crítica e interativa, como verificamos na obra “História do Brasil” de Raymundo Campos.

Assim, os anos 80 são marcados por discussões e propostas de mudanças no ensino de história. Resgatar o papel da História no currículo passa a ser tarefa primordial de vários anos em que o livro didático assumiu a forma curricular, tornando-se quase fonte ‘exclusiva’ e ‘indispensável’ para o processo de ensino-aprendizagem<sup>33</sup>

### 3.4 Década de 1990 – “Historia e Consciência do Brasil” de Gilberto Cotrim.

Entramos na década de 90 com os debates sobre a renovação curricular. Um dos frutos deste debate são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que se constituem como proposta de reforma curricular oferecida pela Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação e do Desporto às secretarias da educação, escolas, instituições de pesquisa, editoras e a todas as pessoas interessadas em educação, dos diferentes estados e municípios brasileiros. Os Parâmetros cumprem o duplo papel de difundir os princípios da reforma curricular e orientar o professor na busca de novas abordagens e metodologias. Os anos 90 foram marcados pela busca de novos enfoques e paradigmas para os livros didáticos de história, onde estes passaram a ter uma abordagem de história cultural.

De fato, a década final do século XX, foi um período negro para a história econômica. Exatamente porque foi neste período que consolidou entre nós a história cultural e, como já disse, uma forma de afirmar o valor da nova modalidade de história era alvejar os pressupostos e procedimentos do arquétipo até então hegemônico.

A obra de Gilberto Cotrim (1994), “Historia e Consciência do Brasil” apresenta o episódio da Independência do Brasil sob a ótica da história cultural, em detrimento da história econômica evidenciada na década de 80. Vejamos:

A luta pela independência do Brasil foi um sonho acalentado por muitos brasileiros. Contudo, todos esses sonhos do povo foram sepultados. A independência realizou-se pelas mãos dos donos do poder. Não é de admirar,

---

<sup>33</sup>FONSECA, 1993, p.86.

portanto, que o povo fosse afastado das decisões políticas nos anos posteriores a 1822<sup>34</sup>.

O referido autor afirma que diferentemente do Brasil, as nações latino-americanas haviam proclamado a independência e adotado a república como forma de governo e por esta razão não queriam reconhecer a independência brasileira, uma vez que o Brasil continuava sendo uma monarquia comandada por imperador português.

Neste sentido, o contexto dos anos 90 é a própria crise do neoliberalismo e do pós-modernismo: está-se tornando moda falar de “terceiras vias”, também entre a modernidade e a pós-modernidade. É hora, pois, de buscar uma nova modernidade: mais autocrítica, local e global, social e cultural, estatal e livre-cambista, mais complexa e difícil, que não abandone o criticismo, mas que tampouco renuncie à transformação da sociedade, com a liderança da razão. Pela primeira vez, desde os anos 1960 e 70, o intelectual retorna, em alguns países, a um certo compromisso político e social, o que culminou na forma atual como a história vem sendo representada nos livros didáticos.

### **3.5 Década de 2000 em diante— “História do Brasil” de Claudio Vicentino e Gianpaolo Dorico.**

Tendo em vista esse novo olhar sobre a história, a história tradicional passou a ser objeto de suspeita, tendo-se assim a criação da história crítica, esta criticava a história tradicional por ser tida como a abarcadora da verdade, como um produto pronto e acabado e é nesse contexto que se trata da história na perspectiva mais discutida no século XXI, a revisão didática em seu caráter instrumental e fundamental<sup>35</sup>. A segunda deve ser adotada em detrimento da primeira, que aborda a história como um conjunto de conhecimentos técnicos, dando a história como um amontoado de saberes absolutos e desprovidos de olhares críticos. A “história fundamental” relativiza a mesma e quebra a constante neutralidade dos conteúdos. A prática pedagógica busca ser articulada não mais na perspectiva de reproduzir a história, mas na tentativa da transformação social.

É esta característica que percebemos a obra de Claudio Vicentino e Gianpaolo Dorico (2008), “História do Brasil”, uma vez que o mesmo demonstra preocupação com o contexto pedagógico, uma vez que seu texto propõe um ensino discursivo, onde o aluno é ativo no processo de construção do conhecimento, e se sente sujeito crítico, é aí que apontam a história

34 COTRIM, Gilberto. **História e Consciência do Brasil**, São Paulo: Saraiva, 1994, p. 171.

35 CANDAU, V. M. (Org.). **Cultura(s) e educação: entre o crítico e o pós-crítico**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 13.

como formadora de cidadãos críticos, capazes de fazer o aluno compreender o presente através do passado e sentir-se um sujeito capaz de mudar a realidade, ou seja, o ensino de história se singularizava na transmissão do conhecimento do professor e apreensão do aluno, porém o problema dessas propostas está em considerar o ensino de história como uma mera transposição de conhecimento, não levando em conta que o ensino de história é uma prática onde o professor é de suma importância para a transformação e continuidade da história ensinada.

Desta forma os autores apresentam uma forma crítica e analítica do processo de Independência:

Se de um lado, a Independência proclamada em 7 de setembro de 1822, quebrou laços coloniais com os Portugueses, por outro, ficou mantida a ligação dependente para com o capitalismo inglês e as estruturas sociais do período colonial. [...] Como o processo de independência foi dirigido pela aristocracia, sem a participação da grande massa da população o fim do período colonial não implicou nem na estrutura produtiva nem na sociedade brasileira<sup>36</sup>.

Percebe-se a intenção dos novos historiadores em vincular os livros didáticos a esse discurso, inserindo-se na concretização deste projeto visando à formação da nação brasileira em seus níveis mais elementares, através de uma pedagogia cívica repassada aos jovens. O ensino, além de proporcionar "os conhecimentos necessários à instrução do aluno, deveria se preocupar com os valores cívicos e patrióticos, necessários à formação do cidadão, de acordo com os interesses do estado nacional."<sup>37</sup>

A expressão didática desse saber, assim, demonstra a irradiação de um projeto político de poder, vinculado ao Estado, à nação e à ordem. Os livros didáticos demonstraram ser um espaço privilegiado para compreensão das disputas políticas de construção de identidades. A tradição iluminista de "compreender o presente para projetar o futuro" imiscuiu-se ao modelo de história *magistra vitae* na formação dos cidadãos brasileiros, que deveriam encontrar naquele momento, e homens que fizeram o processo de Independência/formação da nação brasileira o modelo a ser seguido de grandes servidores do Estado. A História, e sua expressão didática, instrumentalizaram-se como um discurso nacionalista.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

36 VICENTINO, C. **História geral**. São Paulo: Scipione, 2008, p. 163.

37 FERNANDES, José Ricardo Oriá. O livro didático e a pedagogia do cidadão: o papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no ensino de História. **Saeculum – Revista de História**, v. 13, p. 121-131, 2005. p. 130.

A análise deste *corpus* de obras desvelou-se como expressão da historicidade do conhecimento histórico. Buscamos o que Peter Burke<sup>38</sup> definiu como "a visão do senso comum da história"<sup>39</sup>. Ou seja, as formas que a historiografia tradicional tomou para transformar-se em única maneira de se ver o passado – ou a única verdade – ao longo de sucessivas gerações, permanecendo ainda na memória social. Os livros didáticos, portanto, são componentes privilegiados nesse tipo de análise, pois era – e ainda é – a forma pela qual a maior parte da população toma conhecimento da História – em muitos casos, a única.

O período e tema que escolhemos para ser abordado – o processo de Independência – também demonstrou ser um objeto privilegiado por ter sido eleito quase como um "mitofundador" da nação brasileira, instituidor da identidade nacional, e, conseqüentemente, momento capital para o estabelecimento do Estado-nação. Mesmo cada autor tendo suas características particulares – e alguns deles propondo-se inovadores – a manutenção desse espírito de exaltação ao período e às figuras que o compõe é inevitável, pela própria visão da História a qual estão vinculados.

Verificamos os livros didáticos desde a década de 1960, passando pelas de 1970, 1980, 1990 e por fim 200, onde pudemos, embora tenha havido o período “negro” na ditadura, regido pela censura, como ficou evidenciado na década de 1970, ainda pudemos verificar que há uma dimensão moral nessas obras, uma vez que elas pretendiam salvar do esquecimento as obras do passado, revelando aos homens do presente às grandezas que podem partilhar. Grandezas que por sua vez podem e devem contribuir para o trabalho de emulação, estimulando à ação a partir dos exemplos do passado.

Desta forma, fixando-se a memória da nação, com sentido e explicação – claros ou implícitos –, aqueles historiadores emitiram ainda um discurso de natureza moral e ainda, educacional, ao representar a independência de acordo com a importância do tema para a historiografia. Assim pudemos avaliar que a historiografia didática não tem reproduzido a memória histórica do tempo da ditadura, com relação ao processo de independência, uma vez que tem permitido com que os alunos que consomem esses manuais construam um conhecimento histórico a respeito desse importante evento.

---

38 BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Ed da Unesp, 1992, p. 7-37.

39 Idem, p.10.

Não há dúvida de que os livros didáticos atuam como “lugares de memória”, mas, além disso, também podem ser compreendidos como espaços abertos a (re)criações de outros saberes históricos. A memória da independência não se limita a interpretação sugerida nos livros, uma vez que depois de prontos e em mãos de quem os utilizará, eles são apropriados pelo mundo da sala de aula. Como um instrumento de trabalho e não como única fonte de referência, o que eles mostram pode ser totalmente invertido em sala de aula.

### ABSTRACT

The study contained in this article investigates how the memory of Independence is expressed in the textbooks of history, and what is their role in the rebirth and reinterpretation on the subject. Thus, we used as sources a set of textbooks published between the years 1960 and 2000, assessing the aspects related to traditional historiography that are present as well as the implicit explanations and meanings given to historical events. Considering the nationalist tones presented by the writing of authors, it was concluded that the textbooks were used as instruments for the formation of a patriotic consciousness in students according to the historiography of the time governed by the class which held political and economic power in country. Therefore, we sought to investigate through literature search through the theme taking a qualitative approach.

**Keywords :** Traditional Historiography ; Textbooks ; Independence.

### 5. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MAIOR, Armando Souto. **História do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967;
- MICHALANY, Douglas e RAMOS, Ciro de Moura. **Curso de Estudos Sociais**. São Paulo: Gráfica - Editora Michalany S/A, 1973;
- CAMPOS, Raymundo. **História do Brasil**. São Paulo: Ed. Atual, 1983;
- COTRIM, Gilberto. **Historia e Consciência do Brasil**, São Paulo: Saraiva, 1994;
- VICENTINO, Claudio; DORICO, Gianpaolo. **História do Brasil**. São Paulo: Scipione, 2008.
- ALVIM, Yara Cristina. **o livro didático na batalha de ideias: vozes e saber histórico no processo de avaliação do pnd. dissertação (mestrado em educação) – UFJF, Juiz de Fora, 2010.**

- ANDRADE, Edson Francisco de. **Contribuições da Psicologia para a proposta construtivista de ensino-aprendizagem**. Revista de Psicologia UFC, Fortaleza, Volume 1, Nº 1, Jan – Jun 2010. <acessado em 07/01/2014.>
- ARAÚJO, Fátima Maria Leitão; SOUZA, Simone de.; SOUZA, Vinícios Rocha; FICK, Vera Maria Soares. **Epistemologias e Tecnologias para o Ensino das Humanidades. Fascículo 4 – O ensino de História**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda., 2009.
- BITTENCOURT, 1993 In: GATTI Júnior, Décio. **A escrita escolar da história: Livros Didáticos e Ensino no Brasil (1970 – 1990)**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- CAMPOS, Raymundo. **História do Brasil**. São Paulo: Atual, 1980.
- CANDAU, V. M. (Org.). **Cultura(s) e educação: entre o crítico e o pós-crítico**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- CASTAÑÓN, Gustavo Arja. **Construtivismo e Ciências Humanas**. Ciências & Cognição, 2005. Vol 05: 36 – 49. Site: <http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/5> 23. Visitado em 07 de novembro de 2014.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. **A Nova “Velha História”: o retorno da História Política**. Revista Estudos Históricos, Vol. 5, nº 10 (1992).
- FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. Campinas: Papirus, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Didática e prática de ensino de história**. Campinas: Papirus, 2005.
- FONTANARI, Rodrigo. **Os rumos da história - Entrevista com o historiador José Jobson de Andrade Arruda**. Doutorando em História Econômica pela FFLCH-USP. 2012, p.134
- GASPARELLO, Arlette Medeiros. **O livro didático como referência de cultura histórica**. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (orgs) *A escrita da História escolar – memória e historiografia*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2009.
- GATTI Júnior, Décio. **A escrita escolar da História: livro didático e ensino no Brasil (1970 – 1990)**– Bauru, SP: Edusc, 2004.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos..** Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
- MONTEIRO, Ana Maria F.C. **Professores e livros didáticos: narrativas e leituras no ensino de História**. In: ROCHA, H.A.B.; REZNIK, L.; MAGALHÃES, M. de S., *A História na escola: autores, livros e leituras*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues. **Concepções de História na proposta curricular do Estado de Santa Catarina**. Chapecó: Universitária, 2000.

PURIFICAÇÃO, Ana Tereza de Souza e Castro da. **(Re)criando interpretações sobre a Independência do Brasil: um estudo das mediações entre memória e História nos livros didáticos. Dissertação (mestrado)** – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. São Paulo, 2002.

VICENTINO, C. **História geral**. São Paulo: Scipione, 2008,